

**CAPITALOCENO E ESQUIZOFRENIA:
DESEJO, CRISE CLIMÁTICA E NEOLIBERALISMO¹**

**CAPITALOCENO Y ESQUIZOFRENIA:
DESEO, CRISIS CLIMÁTICA Y NEOLIBERALISMO**

**CAPITALOCENE AND SCHIZOPHRENIA:
DESIRE, CLIMATE CRISIS, AND NEOLIBERALISM**

Enviado: 17.09.25 Aceptado: 23.01.25

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

Doutor em Filosofia pela PUC-Rio. Pesquisador de Pós-Doutorado na Faculdade de Educação da UFRJ/ Brasil.

E-mail: adamodaveiga@gmail.com

¹ A presente pesquisa foi desenvolvida com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

O presente artigo procura desenvolver uma articulação entre a conceptualização do modo de produção capitalista em Deleuze e Guattari e aquela desenvolvida por Jason Moore com o seu conceito de Capitaloceno, tendo em vista uma análise da relação entre neoliberalismo e crise climática informada pelo argumento de Latour em “Onde Aterror?”. Defendo que com o esgotamento das fronteiras de apropriação de naturezas baratas e com a impossibilidade de reterritorializar a desterritorialização planetária produzida pelo capitalismo, este se volta, no neoliberalismo, para a *fronteira subcutânea* do desejo, procurando axiomatizar enquanto mercadoria o sexo, os afetos e a vida psíquica.

Palavras-chave: Deleuze e Guattari; Capitaloceno; crise climática; neoliberalismo.

El presente artículo busca desarrollar una articulación entre la conceptualización del modo de producción capitalista en Deleuze y Guattari y la desarrollada por Jason Moore con su concepto de Capitaloceno, con vistas a un análisis de la relación entre neoliberalismo y crisis climática informado por el argumento de Latour em “Où Aterror”. Defendo que, con el agotamiento de las fronteras de apropiación de naturalezas baratas y la imposibilidad de reterritorializar la desterritorialización planetaria producida por el capitalismo, este se vuelve, en el neoliberalismo, hacia la frontera subcutánea del deseo, buscando axiomatizar como mercancía el sexo, los afectos y la vida psíquica.

Palabras clave: Deleuze y Guattari; Capitaloceno; crisis climática; neoliberalismo.

This article seeks to develop a connection between Deleuze and Guattari's conceptualization of the capitalist mode of production and Jason Moore's concept of the Capitalocene, with a view to analyzing the relationship between neoliberalism and the climate crisis informed by Latour's argument in *Down to Earth*. I argue that, with the exhaustion of the frontiers of appropriation of cheap nature and the impossibility of reterritorializing the planetary deterritorialization produced by capitalism, neoliberalism turns to the subcutaneous frontier of desire, seeking to axiomatize sex, affections, and psychic life as commodities.

Keywords: Deleuze and Guattari; Capitalocene; climate crisis; neoliberalism.

1. Introdução

Deleuze e Guattari (2010), na sua célebre conceptualização acerca do modo de produção capitalista, afirmam que o desejo faz parte da infraestrutura. O capitalismo, para os autores, decorre de uma dinâmica imanente ao desejo entendido como produção. Pretendo, no presente artigo, desenvolver esta concepção na compreensão de duas crises que se conjugam no presente: a hegemonia neoliberal e a crise climática. Por um lado, o *realismo capitalista* tão bem descrito por Mark Fisher (2019), a noção pervasiva de que não há alternativa viável ao capitalismo; por outro lado, a descoberta da contradição entre capitalismo e biosfera trazida pelas ciências do clima. Latour (2022) propõe uma hipótese para articular os dois elementos: diante da percepção, vinda das ciências do clima, de que não haveria mais mundo para todos, as elites resolveram nada fazer senão radicalizar a sua exploração do trabalho e da Terra. Pretendo desenvolver a hipótese de Latour em uma análise conjunta da teorização marxista sobre a crise climática de Jason Moore (2015), com a de matriz pós-estruturalista desenvolvida por Deleuze e Guattari (que não deixam de ser marxistas) em direção a uma outra hipótese, complementar à primeira: diante do esgotamento das fronteiras para a acumulação capitalista, o capitalismo se volta crescentemente para o *desejo* como fronteira a ser escavada na tentativa de uma nova rodada de acumulação primitiva. A subjetivação neoliberal, conforme descrita por Dardot e Laval (2016), na presente hipótese, seria uma forma de responder ao esgotamento dos “recursos” planetários e horizontes de acumulação, assim como a era farmacopornográfica descrita por Preciado (2013). Se o capitalismo sempre é desejo, como colocam Deleuze e Guattari, sob o neoliberalismo este desejo precisa ser cada vez mais apropriado. No presente momento, o capitalismo nos quer colonizar por debaixo da pele escavando uma *fronteira biopolítica subcutânea*.

Procedo pela apresentação da teoria do capitalismo em Deleuze e Guattari (2010), para, em seguida, apresentar o conceito de Capitaloceno de Jason Moore (2015). Articularei as duas conceptualizações a partir do marxismo presente em ambos. Após esta conjugação conceitual, partirei para a análise específica do neoliberalismo em sua relação com a crise climática, a partir da hipótese de Latour (2022) que vimos brevemente acima, procurando lhe dar consistência a partir da teorização deleuze-guattariana, junto da de Moore. No fim, concluo pela pertinência da hipótese de Latour, desdobrando-a na hipótese da fronteira biopolítica subcutânea como novo horizonte de apropriação do capitalismo contemporâneo.

2. Capitalismo e esquizofrenia:

A teorização sobre o capitalismo em Deleuze e Guattari (2010) começa pelo *desejo*. Eles partem da libido freudiana para defender a tese de que ela não seria determinada estrutural e universalmente por Édipo e sua triangulação, mas, sendo essencialmente indeterminada, se determinaria imanente e diferencialmente nas diferentes formações sociais – e, neste ponto, a verdade clínica de Édipo é indissociável do modo de produção capitalista. Eles nos dizem “A grande descoberta da psicanálise foi a da produção desejante, a das produções do inconsciente. Mas, com o Édipo, essa descoberta foi logo ocultada por um novo idealismo: substituiu-se o inconsciente como fábrica por um teatro antigo” (Deleuze, Guattari, 2010, p. 41).

O que eles retomam de Freud, a “grande descoberta da psicanálise”, é a intransitividade do desejo. Spinoza (2009) foi talvez o primeiro a afirmar que algo não é desejado por ser bom, mas é bom porque se o deseja – afirmando, assim, a anterioridade do desejo ao objeto de desejo. Freud (2011) – e aqui temos também uma influência clara do conceito de Vontade, tanto de Nietzsche, quanto de Schopenhauer – radicaliza este ponto: o próprio sujeito é ele resultado das vicissitudes da libido. O ego, para Freud, é uma tensa película entre o que clama do inconsciente e a realidade exterior. Película constituída justamente por esta tensão. Deleuze e Guattari vão além, desdobrando uma filosofia da natureza a partir deste ponto. Se o desejo é produtivo em relação ao sujeito e aos objetos, ele não pode ser pensado antropomorficamente – ele é a própria natureza entendida como produção. O desejo deixa de ser uma propriedade humana para se tornar um princípio metafísico de produção associado à própria natureza. A razão para isso é que o desejo, sendo anterior ao que poderíamos chamar com Meillassoux (2006) de correlação – a necessária subscrição do real à sua manifestação a um sujeito, ego, consciência ou equivalente –, não pode ser pensado, justamente, nos termos do desejo de um sujeito. O sujeito, conquanto produto do desejo, é ontologicamente derivado do seu regime. E, sendo assim, o desejo escapa à correlação e ao humano.

O desejo, assim caracterizado, está sempre *maquinado* – e, por isso, Deleuze e Guattari nos falam de máquinas desejantes (2010). Mais diretamente, Deleuze e Guattari (2010a) definem uma máquina como um sistema de corte-fluxo. Cada máquina é uma inflexão em um fluxo (seja material, semiótico, afetivo, econômico, etc), aportando uma nova direção; cada máquina também pode ser tomada, a depender da perspectiva, como um fluxo cortado por outra máquina. Os fluxos são devires ou processos indo de um polo a outro e as máquinas são pontos de inflexão multidimensionais nestes fluxos. O desejo é, assim, eminentemente dinâmico, conquanto produtivo. Uma vez que o conceito de máquina, tal como o de desejo, não se restringe à esfera do assim chamado

humano, mas da natureza entendida como produção, temos uma construção analítica que escapa do fosso ontológico que coloca a natureza como externa e o humano como excepcionalidade cósmica. As máquinas cortam fluxos indeterminados que se determinam performativamente de forma multivariada, sem que possamos, deste modo, qualificá-los como sendo do campo da cultura (fluxos linguísticos, fluxos ideológicos, etc.) ou da natureza (fluxos materiais, orgânicos, etc.). Se afirmei que encontramos, nesta teorização, uma filosofia da natureza, a natureza aqui muda de sentido. Não é a natureza dos modernos, estática e externa, mas a natureza transcendentalmente entendida como produção.

O modo de produção capitalista consiste, para Deleuze e Guattari, em um modo específico de agenciamento do desejo, produzindo, assim, de forma transindividual, tanto os indivíduos singulares quanto as grandes estruturas econômicas. O capitalismo tem, na teorização de Deleuze e Guattari (2010), a característica de operar pela *decodificação geral dos fluxos* em um movimento de *desterritorialização e reterritorialização axiomática*. O seu movimento maquínico se expressa pela desterritorialização/decodificação iterada e a sua compensação na reterritorialização. Em contraste com outras sociedades estatais pré-capitalistas, que rechaçavam a linha de fuga (a tendência de diferenciação inscrita na própria indeterminação do desejo) na procura de uma estabilização territorializante, o modo de produção capitalista vai se desenvolver na instabilidade da desterritorialização e na sua compensação relativa na produção de novas territorializações.

As diversas formações sociais, para Deleuze e Guattari, se distinguiriam enquanto máquinas a partir das diferentes formas de se engajar com a desterritorialização e a reterritorialização. A desterritorialização expressa um movimento de diferenciação. Desterritorializar é passar por um devir o que, no presente contexto, significa uma des-inscrição, uma modificação ou transformação. Em *Mil Platôs v.5* Deleuze e Guattari (2012) propõem uma desterritorialização absoluta em contraste com uma relativa. A primeira, como defendi em outro momento (Da Veiga, 2020), corresponde à diferença em si – ou seja, a um puro devir que, enquanto tal, é inapreensível dado que toda apreensão comporta algum nível de identidade, seja conceitual ou empírica. A desterritorialização relativa é aquela que é sempre compensada por alguma forma de produção de identidade (empírica ou conceitual). Em termos de filosofia política, o que nos interessa é a segunda, a desterritorialização sempre posta em relação a uma identidade produzida por seu próprio movimento. Esta produção identitária é a reterritorialização. Temos aqui uma “dialética sem síntese” para usar uma expressão de Simondon (2013), entre movimentos genéticos de produção a partir da diferença (desterritorialização) e aquilo que é

produzido como identidades (reterritorialização). Não há síntese entre estes dois movimentos, não há uma produção final capaz de esgotar toda a produtividade ontológica do desejo.

Um código, para Deleuze e Guattari, é uma inscrição qualitativa que qualifica um fluxo e permite o estabelecimento de trocas entre eles (Deleuze, Guattari, 2010). O Estado (Deleuze, Guattari, 2010/ 2012) opera uma decodificação dos fluxos em seu movimento de captura; porém, o capitalismo, que certamente dele necessita, faz da decodificação generalizada a tendência superior do funcionamento maquínico. Os fluxos qualificados são decodificados no movimento em que se tornam regidos por uma quantidade abstrata que os inscreve diferentemente, agora, no que eles denominam axiomática. Em contraste com os códigos, eles definem:

Axiomática considera diretamente os elementos e as relações puramente funcionais cuja natureza não é especificada, e que se realizam imediatamente e ao mesmo tempo em campos muito diversos, enquanto os códigos são relativos a esses campos, enunciam relações específicas entre elementos qualificados, que não podem ser reconduzidos a uma unidade formal superior (sobrecodificação) a não ser por transcendência e indiretamente. Ora, a axiomática imanente, nesse sentido, encontra nos campos que atravessa modelos ditos de realização. (Deleuze, Guattari, 2010, p.134)

O Estado é central neste aspecto, oferecendo os axiomas que conjugam os fluxos decodificados – eles são os modelos de realização subordinados à máquina capitalista mundial, que opera na reterritorialização axiomática dos fluxos decodificados. Neste sentido, a moeda é central e ilustra o papel axiomatizante do Estado (conforme, ele ainda é o responsável por ela). Se antes ela já operava na captura do poder Estatal em sua decodificação, agora, ela devém outra coisa na máquina capitalista – ela permite a quantificação de todos os fluxos que, assim, podem estabelecer relações variáveis em termos quantitativos. Tudo se torna quantificável conquanto abstrato. Na sua teorização, Deleuze e Guattari tem em mente o conceito marxiano de trabalho socialmente necessário. Na análise de Marx (2013), este corresponde ao tempo de trabalho médio necessário para produção de algum produto e é base da apropriação de mais valia, conforme aquilo que é apropriado é precisamente a diferença entre o valor deste trabalho (condensado no valor da mercadoria posta à venda) e o que é efetivamente pago para o trabalhador tendo em vista sua estrita reprodução (o salário). A transformação do trabalho em “trabalho socialmente necessário” na máquina capitalista seria uma decodificação do trabalho que perde sua inscrição qualitativa determinada e localizada, se transformando em um fluxo decodificado abstrato. O mesmo se passa com a propriedade fundiária; com o cercamento dos campos e a desintegração do feudalismo, a terra se torna uma

propriedade intercambiável e inscrita em um valor monetário variável, tornando-se, deste modo, um fluxo decodificado.

A fim de mobilizar a teorização que vimos ao problema ambiental, precisamos ainda nos deter sobre um outro elemento relevante: a relação entre capitalismo e seus limites. O capitalismo tem como limite absoluto a *esquizofrenia* – entendida aqui como a descodificação absoluta de todos os fluxos. O capitalismo em si mesmo aparece como limite relativo da esquizofrenia, na medida em que a descodificação é limitada pela axiomática territorializante. Ele precisa constantemente repelir o seu limite absoluto, afastar a sua própria dissolução no caos da desterritorialização absoluta. O seu funcionamento – desterritorialização e reterritorialização, descodificação e axiomatização – é justamente a tendência à esquizofrenia e o rechaçamento desta tendência. Na medida em que o capitalismo procede pela perpétua descodificação dos fluxos, ele tem o infinito como seu horizonte. Neste sentido, a esfera econômica, axiomáticamente regida, não encontra limite transcendente capaz de freá-la; diferentemente de outras formações históricas, em que elementos extraeconômicos (os códigos) limitavam a expansão da economia para todas as esferas sociais, o capitalismo opera, na sua descodificação, por esta ampliação constante. Nenhum Deus ou Estado impõe-se contra a sua descodificação – pelo contrário, Deus e o Estado se tornam partes da sua expansão indefinida. A fórmula da mercadoria, descrita por Marx (2013), D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro), conforme agenciamento do desejo, inscreve o infinito. O desejo entra em uma “relação diferencial dos fluxos sem limite exterior assinalável, e onde o capitalismo reproduz os seus próprios limites imanentes numa escala cada vez mais ampliada, cada vez mais englobante” (Deleuze, Guattari, 2010, p. 318). Por esta razão, o modo de produção capitalista requer o crescimento econômico ilimitado para funcionar em um movimento de perpétuo deslocamento das suas fronteiras. Os limites imanentes são deslocados pela expansão global capitalista e pelo repelimento sempre reencenado da esquizofrenia como limite absoluto.

Acredito que chegamos a um momento em que a descodificação e a desterritorialização estão diante de um *limite externo não repelível*: a própria Terra². O capitalismo desterritorializou o planeta, descodificou os fluxos biológicos, atmosféricos, geológicos em um verdadeiro devir louco, como colocam Danowski e Viveiros de Castro (2014). Lembremos que o conceito de máquina não se diz do humano (ou não só do humano). Um ecossistema pode ser entendido como um sistema de códigos e descodificações, de territórios e desterritorializações, como indica o célebre exemplo da vespa e da orquídea no *Anti-Édipo*. Gaia, no sentido de Margulis (2001) e mais ainda no de Latour (2020),

² Não usamos aqui Terra no sentido especificamente filosófico que Deleuze e Guattari (2010; 2011) mobilizam, mas no sentido *lato* de nomeação do planeta.

pode ser entendida como uma megamáquina – um sistema de relações e relações de relações. Estes códigos, estes territórios, a metaestabilidade produzida pela relação entre vida e planeta, está agora comprometida pelo modo de produção capitalista. Os biogeo-fluxos desterritorializados pelo capitalismo se tornam, deste modo, um limite que ele não parece capaz de reterritorializar. O acontecimento da Terra (Da Veiga, Costa, 2021) é a desterritorialização que se impõe contra as capacidades da reterritorialização capitalista. Veremos, agora como isso se dá, lendo a análise marxista da relação entre capitalismo e vida de Jason Moore, ao lado da teorização sobre o capitalismo que vimos com Deleuze e Guattari.

3. Capitaloceno

Jason Moore oferece uma análise marxista da relação entre capital e a atual crise climática que nos parece altamente instrutiva e em consonância com a filosofia ambiental de pensadores como Bruno Latour. Utilizarei da sua análise para aproximar a teoria do capitalismo em Deleuze e Guattari da questão ambiental, a fim de desenhar um cenário mais acurado para a catástrofe em análise no presente texto.

Em primeiro lugar, para Moore (2016), trata-se na análise da crise climática, de dissolver a dualidade moderna entre natureza e cultura, no espírito do que realizam Donna Haraway (2016), Latour (2020), entre outros. A divisão natureza e cultura (ou sociedade) seria ela mesma operatória da devastação ambiental em curso, na medida em que estabelece uma cisão entre o humano e os demais existentes; um binarismo que, bem ao gosto da desconstrução, coloca um polo acima do outro. A natureza, nesta polarização, é o agente passivo a ser dominado pela aventura humana; é mero recurso a ser expropriado no devir histórico da nossa espécie; é aquilo que é invariável e necessário, ao passo que na cultura há variedade e liberdade. Moore (2015), em consonância com praticamente todos os pensadores do Antropoceno, situa esta divisão na modernidade Ocidental e a denomina de “momento cartesiano”. Esta disjunção, operatória na destruição ambiental, só pode ser entendida, para Moore, conforme inscrita no modo de produção capitalista (diferentemente aqui, de Latour (2020), que prefere falar de modernos). Para Moore “[a ‘Sociedade e o Natural’ enquanto oposição] são *violentos*, no sentido de que eles abstraem um excesso de realidade em prol de clareza conceitual. E eles são *reais*, no sentido de que a Sociedade e o Natural são de fato forças operativas, tanto nas nossas estruturas de conhecimento, quanto nas relações capitalistas atualmente existentes de poder e produção” (Moore, 2015, p. 27, colchete nosso). A distinção natureza/cultura é uma construção ontoepistemológica violenta e orientada ao modo de produção capitalista, sendo produzida imanentemente por ele.

O capitalismo, na sua análise, se dá em meio à teia da vida – ou *oikeos*, o que nomeia “a relação através da qual os humanos agem - e são agidos [*acted upon*] pelo todo da natureza – no nosso fazer-ambiental[*environment-making*]” (Moore, 2015, p.15). Ao invés de uma natureza lá e uma humanidade aqui – ou de uma transformação unilateral da natureza pelo homem, presente no discurso ambiental que nos fala de uma “corrupção” de uma ordem natural dada –, temos a co-constituição histórica de certa natureza singular, em termos ontológicos e epistemológicos, no e pelo capitalismo, agora, entendido como uma “ecologia mundo”. Nesta construção, intervém a disjunção binária entre o social e o natural. O conceito de ecologia mundo pretende pensar o capitalismo em um registro que podemos chamar *pace* Denise Ferreira da Silva (2022) de ontoepistemológico. As relações de poder, a produção de saberes, as relações econômicas efetivas, as violências coloniais e imperiais, a destruição de ecossistemas e a produção de novos seriam dadas no seio da relacionalidade que constrói certa natureza histórica. O modo de produção capitalista é uma ecologia mundo, conquanto molda e é moldado pelas relações com as naturezas extra-humanas. Por um lado, o capitalismo tem uma operatória própria que o caracteriza de modo distintivo e constitui uma estrutura unificada; por outro lado, esta estrutura unificada se dá em relação a uma multiplicidade e pluralidade de agências implicadas, humanas e mais que humanas.

Neste ponto, podemos afirmar que o capitalismo é global, no sentido em que produz, na sua operatória, uma unificação planetária (o que não quer dizer que ele satura completamente as múltiplas existências no planeta). Mas podemos entender o sentido de global na expressão “aquecimento global” nestes mesmos termos. Um acontecimento que apresenta uma invariabilidade – o aumento da temperatura média – e uma imensa variabilidade – a cascata de efeitos imprevisíveis que este aumento enseja. O capitalismo revela-se global como causa deste aquecimento e na sua própria operatória que, ao reproduzir continuamente o valor como elemento invariável, se engaja em uma multiplicidade de agências que ele captura, inscreve, distribui e destrói. Podemos pensar, assim, o capitalismo como instaurador de uma ordem global – ecologia mundo – sendo que esta ordem, se invariável em seu funcionamento, não deixa de subsumir uma miríade de agências.

Esta operatória, na análise de Moore (2015), funciona do seguinte modo. Seguindo Marx, a característica distintiva do modo de produção capitalista seria a produção de valor através da produtividade do trabalho, em contraste com a produtividade da terra, como em outros regimes produtivos. A produtividade do trabalho, por sua vez, é dependente do que Moore chama de *natureza barata* (*cheap natures*). Ela corresponde ao trabalho não pago, à energia, matérias-primas e comida que são fundamentais, a própria fonte, da produtividade do

trabalho. Elas são constituídas como baratas em um processo violento de expropriação; não são “baratas” por si, mas são constituídas enquanto tal pelo modo de produção capitalista no mesmo movimento em que ele axiomatiza a natureza como recurso: o “barato é o oposto de uma pechincha – o barateamento é um conjunto de estratégias para controlar uma teia de vida mais vasta” (Moore, Patel, 2017 p.18). Em outra passagem, o barato é definido como

[...] uma estratégia, uma prática, uma violência que mobiliza todo o tipo de trabalho – humano e animal, botânico e geológico – com a menor compensação possível. Usamos o barato para falar do processo através do qual o capitalismo transmuta essas relações não denominadas de produção de vida em circuitos de produção e consumo, nos quais essas relações passam a ter um preço tão baixo quanto possível. (Moore, Patel, 2017, p.39)

Fundamental, neste aspecto, é a diferença traçada entre exploração e apropriação. A exploração diz respeito à extração de mais valia no circuito da mercadoria; a apropriação remete aos processos de barateamento no qual realidades humanas e mais que humanas são apropriadas a um custo o mais baixo o possível. No primeiro caso, temos, como identificado por Marx (2013), a tendência por parte do capitalista de pagar o mínimo possível ao proletário, aumentando a exploração de mais-valia, enquanto pressiona o salário para o valor mínimo necessário para a reprodução biológica do trabalhador; no segundo caso, este valor mínimo necessário sequer é necessário, de modo que a reprodução se torna irrelevante ou diretamente antagonizada pela necessidade de redução de custos. Podemos contrastar o trabalhador escravizado nos EUA do séc. XIX com o proletário britânico do mesmo período – e não deixa de ser curioso o uso retórico desta comparação no *Capital* (2013), quando Marx pretende justamente denunciar com eloquência a realidade precária do proletariado de seu tempo. No primeiro caso, o trabalhador escravizado produz algodão como matéria-prima e não recebe salário; os custos da sua reprodução são mínimos, sendo que muitas vezes se tratava simplesmente de expropriar a sua mão de obra até a morte na expectativa de comprar novos escravizados no tráfico atlântico. Por outro lado, o trabalhador explorado na Europa recebe salário – o mais baixo possível, por certo – mas que deve ser suficiente para a realização do valor (no momento em que ele adquire a mercadoria) e para a sua reprodução biológica. Os dois movimentos estavam conjugados, na medida que o escravizado mantém baixo o custo da matéria-prima que é transformada em mercadoria. Nancy Fraser, em argumento próximo e influenciado pelo de Moore, coloca esta dimensão muito bem, denominando de expropriação o que ele denomina apropriação:

A exploração transfere valor para o capital sob o disfarce de uma livre troca contratual [...]. Na expropriação, por contraste, o capitalismo dispensa todas estas

sutilezas em favor da bruta confiscação do espólio dos outros, no qual eles pagam muito pouco ou quase nada; afunilando terras, trabalho, minerais e/ou energia alistados nas operações das suas firmas, ele reduz os custos de produção e aumenta o seu lucro. Assim, longe de se excluírem, expropriação e exploração trabalham lado a lado. (Fraser, 2022, p. 15)

A exploração produz o trabalho social abstrato, enquanto a apropriação produz a *natureza social abstrata*. O primeiro, analisado por Marx (2013), constitui o tempo homogêneo de trabalho médio socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, a partir do qual haverá a tomada de mais valia. O segundo, desta vez, identificado por Moore, “designa a família de processos através dos quais os Estados e os capitalistas mapeiam, identificam, quantificam, medem e codificam as naturezas humanas e extra-humanas ao serviço da acumulação de capital” (Moore, 2016, p.198) Trata-se, justamente, da produção de natureza barata. Neste ponto, é importante notar que a criação da natureza social abstrata e do trabalho social abstrato envolve quantificação e homogeneização através de uma construção e de uma prática ao mesmo tempo material e epistemológica. A relação entre as duas quantificações, Moore nos diz, é complexa, conforme é difícil distingui-las e sua operação é sempre conjunta. No entanto, ele prossegue afirmando que algo como a gestão taylorista do trabalho se insere na quantificação e abstração do trabalho socialmente necessário; ao passo que o sistema métrico, conforme implantado na Revolução Francesa, se relaciona à construção da natureza social abstrata, na medida em que é fundamental para a sua apropriação (Moore, 2015, p. 200-201). Deste modo, “as relações de exploração produzem o trabalho abstrato social. As relações de apropriação, produzindo natureza social abstrata, permitiram a expansão da acumulação do trabalho social abstrato” (2015, p. 26).

Neste aspecto, o tempo e o espaço são fundamentais. A quantificação do tempo a partir do relógio, em uma segmentaridade constante e rígida, é fundamental para a apropriação do trabalho do proletariado no circuito da mercadoria. Uma ferramenta de controle material e concreta – conforme o ritmo da vida se escalona segundo os imperativos do tempo metrificado – e, também, tecnológica, conquanto dependente de desenvolvimentos técnicos. A relação qualitativa com o tempo em sociedades não capitalistas, em geral, medida pelo ciclo dos dias, luas e estações, muda radicalmente a partir da invenção de mecanismos quantitativos mais estritos e precisos de mensuração do tempo, o que se torna possível apenas através de uma anátomo-política disciplinar, como pode-se pensar a partir de Foucault (2014). Mais ainda, na análise de Moore (2015), este tempo se torna uma invariável independente – ou seja, se destaca crescentemente dos ciclos planetários, culminando, hoje, em uma mensuração subatômica. O tempo qualitativo pré-capitalista é um tempo dependente dos

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

ciclos da terra e, enquanto tal, correlato de um sistema, como o feudal, no qual o valor se dizia da sua produtividade. O tempo quantitativo capitalista, longamente firmado, é, por sua vez, correlato de um modo de produção baseado não na produtividade da terra, mas do trabalho. Por isso, ele se torna abstrato conquanto independente, passando a ser regido mecânica e abstratamente.

De forma semelhante, o espaço se torna abstrato e quantificável. A cartografia tem aqui um papel fundamental e apresenta íntima relação com o colonialismo. É a partir dela que as propriedades qualitativas concretas são mapeadas em representações abstratas, em um esforço de leitura homogeneizante do espaço articulado à conquista colonial. O espaço abstrato se constitui como uma “grade”, sendo estriado pelo capitalismo no seu esforço de apropriação e exploração. Neste ponto, apesar de partirem de referenciais diferentes, o argumento de Moore se aproxima do que Ferdinand chama de *habitar colonial*, em seu engajamento específico com o espaço. Nele, o colonialismo “transformou as terras em quebra-cabeças de engenhos e de plantation” (Ferdinand, 2022 p.22). E, podemos ver como, para isso, os saberes da cartografia foram centrais.

Estes dois procedimentos, quantificação do tempo e do espaço, se articulam na produção da natureza externa – precisamente, a separação radical do humano como exceção ontológica absoluta em relação aos demais existentes (Danowski, Viveiros de Castro, 2014). É o capitalismo, então, que dá uma nova roupagem ao antropocentrismo longamente disposto no Ocidente, assim como o universaliza através da sua imposição colonial em quase toda parte do globo: “aqui as primeiras formas de uma natureza externa, de espaço abstrato, e tempo abstrato, permitiram a capitalistas e impérios a construção de redes globais de exploração e apropriação, cálculo e crédito, propriedade e lucro, em uma escala sem precedentes” (Moore, 2015, p. 187).

O capitalismo, na sua operatória, produz crises cíclicas, como o marxismo sempre analisou. Moore, neste sentido, identifica na dinâmica capitalista o que ele denomina de “tendência da queda do mais-valor ecológico” (Moore, 2014, p.121). Trata-se de quando a natureza barata vai crescentemente deixando de ser barata, devido ao esgotamento dos solos, dos recursos apropriados ou outros fatores que aumentam crescentemente o custo da natureza. Estas crises, que são estruturalmente cíclicas, são respondidas ou por alguma revolução tecnológica ou por um movimento de fronteira, sendo esta segunda resposta a que mais nos interessa. O capitalismo tem a necessidade constante de produzir novas fontes de natureza barata, de novas rodadas de acumulação primitiva, o que faz com que o colonialismo e o imperialismo sejam intrínsecos ao seu funcionamento. O

modo de produção capitalista se dá sempre em relação a uma fronteira de novas apropriações, *necessariamente*. Como Moore defende,

A Grande Fronteira era interna tanto quanto externa. A apropriação de fronteiras ocorreu não só nas bordas externas do capitalismo, mas também no eixo ‘vertical’ da reprodução sócio-ecológica, em meio ao coração [*Heartland*] da mercantilização. Não apenas colônias, então, mas também o trabalho não pago das mulheres, se torna sujeito (parcialmente) às zonas de mercantilização. [...] A lei secreta do valor está nesta síntese epocal: a exploração da força de trabalho e a apropriação não paga de trabalho/energia. (Moore, 2015, p.302)

A fronteira, como necessidade intrínseca ao modo de produção capitalista, tem uma orientação geográfica privilegiada que vai do centro, onde se dá a mercantilização, à periferia, onde temos a apropriação. Contudo, como indica o trecho acima, vetores de auto-colonização são soluções para as crises de apropriação, de modo que o capitalismo escava fronteiras mesmo em seu centro. O trabalho não pago das mulheres, os custos da reprodução da mão de obra, são um exemplo de instâncias de apropriação internas ao centro capitalista, e que se mantêm até hoje como condição do seu funcionamento. O central é a necessidade de escavação renovada de fronteiras, tanto horizontalmente como verticalmente.

Esta homogeneização, na construção do tempo e do espaço abstrato, no escavamento de fronteiras e na produção de naturezas baratas em uma fronteira sempre ampliada, como argumenta Parenti (2016), depende do Estado: é “ [...] a territorialidade do Estado moderno que entrega a natureza não humana para a acumulação de capital através dos seus regimes de propriedades sediados, da sua produção de infraestrutura, e das suas práticas intelectuais e científicas que tornam a natureza não humana legível e, assim, acessível;” (Parenti, 2016, p.167). A apropriação, desde a primeira onda colonial, depende do Estado, e o capital sempre se vale dele e da sua violência no escavamento de novas fronteiras diante das crises produzidas pela tendência da queda do mais-valor ecológico. Sem o Estado não temos sistema métrico que permite a legibilidade das naturezas extra-humanas, nem a infraestrutura necessária para a transformação global das realidades mais que humanas em recurso, tampouco a violência organizada capaz de sustentar a apropriação na dupla fronteira, vertical e horizontal.

Com base no que vimos acima, podemos conjugar a análise marxista ambiental de Moore com a teorização Deleuze-Guattariana sobre o modo de produção capitalista. A construção de naturezas baratas, a partir da intervenção do Estado e das ciências, corresponde à desterritorialização e a axiomatização correspondente sob a forma quantitativa, monetária ou técnica. As dinâmicas de código e descodificação, como indica o célebre exemplo da vespa e da orquídea, não se restringem ao campo das interações humanas, mas, como fica claro na

apresentação conceitual do *rizoma* (Deleuze, Guattari, 2011), se referem ao campo das naturezas mais que humanas igualmente. Neste sentido, a desterritorialização quebra os códigos que regem ecossistemas, que regem habitats animais e vegetais e mesmo seu código genético – a troca colombiana, que é uma data possível para o início do Antropoceno (Maslin, Lewis, 2018), é uma desterritorialização inicial, indissociável da gênese do modo de produção capitalista, em sua decodificação dos fluxos biogeofísicos da Terra. Códigos qualitativos, em jogo na configuração evolutiva de um ecossistema, são desterritorializados na medida em que as formas de vida ali implicadas são reinscritas como recursos, sob uma forma mensurável e quantificável. O que se passa com a vespa e com a orquídea quando temos a plantation no agrobussiness globalmente integrado? As vespas estão, crescentemente, ameaçadas de extinção, na medida em que a dinâmica de reterritorialização-desterritorialização, na sua relação simbiótica com as orquídeas, é ameaçada pelo uso extensivo de agrotóxicos.

A decodificação, neste sentido, é também *destruição*. A produção de axiomáticas quantificando elementos abstratos destrói os antigos códigos e os regimes de funcionamento biogeofísicos atmosféricos na desterritorialização. A violência na construção de naturezas baratas que vimos com Moore, se desdobra no Necroceno (McBrien, 2016): cada rodada de acumulação, cada desterritorialização, implica a destruição enquanto decodificação. Uma destruição em múltiplos níveis, uma vez que se trata de desinscrever determinado ente das redes múltiplas de códigos em que ele está inscrito, relações com outros coletivos “humanos”, como os não-europeus, e com coletivos mais que humanos, nas teias de relações com o solo, com os animais, vegetais, fungos e bactérias. O capitalismo é uma máquina de decodificação de horizonte ilimitada de direito, que se constitui na destruição de incontáveis mundos.

Moufawad-Paul (2011) argumenta de forma convincente que a desterritorialização capitalista, para Deleuze e Guattari, se refere ao imperialismo. De fato, a necessidade da produção perpétua de novas rodadas de acumulação primitiva, entendidas aqui como produção de novas fontes de natureza barata, podem ser compreendidas como desterritorializações axiomatizantes. A territorialidade do Estado-nação moderno está sempre posta em relação a uma fronteira sempre renovada, precisamente na medida em que ele se submete aos imperativos do modo de produção capitalista com sua demanda infinita de expansão. Hannah Arendt (2003) nos mostra como o imperialismo, ao longo do século XIX, se torna o objetivo central dos Estados-nações e, terrivelmente, este objetivo foi cumprido com a conquista de praticamente todo o planeta pelas potências europeias. O imperialismo, como

desterritorialização, levou a expansão do modo de produção capitalista por todo o globo, desterritorializando a própria Europa enquanto esta desterritorializava e destruía violentamente todos os outros mundos na construção de naturezas baratas – o que, como vimos com Moore, envolve o trabalho escravizado não pago das colônias, tal como a destruição dos mundos não humanos. Assim, a necessidade desterritorializante de expansão indefinida no capitalismo é indissociável da colonização e do imperialismo e, neste sentido, da destruição ambiental que nos coloca, agora, no centro de uma crise epocal inaudita.

Como vimos, o Estado na conceptualização de Moore, como desenvolvida por Parenti, é fundamental na produção e controle das naturezas baratas; e, com Deleuze e Guattari (2010; 2012; 2012b), podemos ver como o Estado é o modo de realização da axiomática na reterritorialização. A desterritorialização do capitalismo requer o Estado como agente de axiomatização reterritorializante – ele opera no escavamento de novas fronteiras em seu apoio às empreitadas coloniais e imperiais, no mesmo movimento que opera na conjugação dos fluxos descodificados na axiomática. Ele opera na destruição e na conjugação quantificável do que ele mesmo destruiu, conquanto subordinado ao capitalismo. Pensando a partir de Ferdinand (2022), o habitar colonial expressa esta dinâmica. Temos os fluxos qualitativos distintos, tanto no que diz respeito aos mundos indígenas, quanto aos mundos biológicos; temos o esquadrinhamento quantitativo daquele território sob a rubrica da *terra nullis*, terra de ninguém, terra inabitada, com a destruição efetiva no processo de nadificação que as práticas imanentes a esta compreensão ensejam; destruição das árvores e dos mundos indígenas na criação de propriedades, com seus limites e fronteiras, por sobre as ruínas dos códigos locais devastados. E esta operação, que é indissociável do surgimento e iteração continuada do capitalismo, só foi efetuada a partir do Estado enquanto seu modo de realização.

4. O Capitaloceno debaixo da pele: neoliberalismo e a fronteira subcutânea

Na análise do neoliberalismo contemporâneo, a partir dos elementos que vimos há pouco, retornemos ao argumento de Latour (2022) que vimos brevemente na introdução. Latour identifica, no final dos anos oitenta, a situação paradoxal na qual o capitalismo se firma como único sistema possível ao mesmo tempo que se firma como radicalmente impossível. No primeiro aspecto, temos, como tão bem descreveu Mark Fisher (2009), o realismo capitalista: a noção pervasiva e difusa que, no neoliberalismo hegemônico, faz com que o capitalismo se firme no imaginário como único sistema possível. No segundo aspecto, temos a crise epocal engendrada pela contradição entre expansão indefinida e finitude planetária, entre capitalismo e Gaia que, naquele momento, se revela, nas práticas científicas, como incontornável. O mais interessante na argumentação de Latour é a hipótese que ele mobiliza para explicar, como diante deste cenário, as

emissões de gases de efeitos estufa, longe de diminuir, só aumentaram. Segundo ele, isso expressa uma opção das elites globais em nada fazer diante da catástrofe:

Se esta hipótese estiver correta, tudo isso faz parte de um mesmo fenômeno: as elites se convenceram tão bem de que não haveria vida futura para todos que decidiram *se livrar o mais rápido possível de todos os fardos da solidariedade* – isso explica a desregulação. Decidiram que seria preciso construir uma fortaleza dourada para os poucos que poderiam se safar – do que decorre a explosão de desigualdade. E resolveram que, para dissimular o egoísmo sórdido de tal fuga para fora do mundo comum, seria preciso rejeitar absolutamente a ameaça que motivou esta fuga desesperada – o que explica a negação da mutação climática. (Latour, 2022, p.28-29)

O ponto de Latour é que o neoliberalismo seria resultado de um movimento das elites de radicalizar a exploração do trabalho e da ‘natureza’, como resposta à constatação de que não haveria mundo para todos. Neste esforço, articularam a dissolução dos fardos da solidariedade social, procurando construir para si refúgios luxuosos enquanto o resto do mundo arde. O negacionismo interviria aí, como estratégia de mascaramento da sordidez de tal movimento, muito bem descrito, como *fuga de mundo*. Em *Diante de Gaia* (2020), Latour identifica esse movimento na ficção supostamente filosófica de Ayn Rand, que imagina um mundo em que os empresários, cansados do terrível fardo de gerarem emprego e inovação, simplesmente se retiram do mundo comum. Para Latour, seria este o gesto em curso no neoliberalismo: a recusa em habitar o mundo comum, com a crescente radicalização da expropriação de humanos e não humanos.

A hipótese de Latour, certamente, traz certa ousadia, uma vez que carece de dados empíricos substanciais, mas pretendo desenvolvê-la enquanto hipótese especulativa. Encontramos em Moore (2010), entre outros autores, elementos que a fortalecem, pensando, agora, em termos estruturais e não em termos da volição das elites. Moore (2010, 2016) identifica no capitalismo contemporâneo, sob hegemonia neoliberal, um limite epocal: o fim das naturezas baratas, o esgotamento das fronteiras. O principal fator, para Moore (2010), é o encarecimento dos alimentos. A promessa da era neoliberal, ancorada na biotecnologia, seria de produzir uma revolução tecnológica capaz de, como em outros momentos da história capitalista, impedir o aumento do preço dos alimentos. A manipulação genética da vida seria a fronteira a ser escavada na produção de novas naturezas baratas, operando em esforços crescentes de mapeamento e legibilidade dos processos vitais, na procura de uma revolução à altura da tarefa de responder à contemporânea queda da taxa de mais-valor ecológico.

Para Moore (2010), no entanto, esta revolução não chegou, e se o neoliberalismo, nas suas décadas iniciais, logrou manter o preço dos alimentos baixos, pelo menos, até o início do século XXI, isso se deu não por um ganho de produtividade, mas pela hegemonia do capital financeiro que, neste sentido, acelera a própria queda do excedente ecológico. A característica distintiva do ciclo neoliberal seria o domínio, por parte do setor financeiro, de todas as esferas produtivas – esta financeirização, já seria uma resposta ao esgotamento de naturezas baratas, na medida em que o lucro começa a se voltar não para a produção, mas para o âmbito fictício da especulação. Por outro lado, de forma igualmente central, temos as privatizações e a desregulamentação do trabalho como horizontes de apropriação – o que a coaduna perfeitamente à hipótese de Latour. Na ausência geográfica de novas terras, o vetor de apropriação se deu sobre o trabalho e sobre os bens públicos, na periferia e no centro do capitalismo: “À medida que as oportunidades para atenuar as contradições dentro de um recipiente global mais expansivo diminuían, o capital passou a extrair o máximo de riqueza possível, o mais rápido possível, de dentro do recipiente existente” (Moore, 2010, p. 230). Exatamente como afirma Latour em sua hipótese.

Na análise de Moore (2010), a partir das imposições do Consenso de Washington para a renegociação da dívida dos países da periferia, temos uma apropriação significativa com desdobramentos ecológicos substanciais. Os países aumentam a sua extração de recursos como forma de pagar as suas dívidas, enquanto o recuo para fora do sistema mundial (com fortalecimento do mercado interno e medidas anticíclicas) se torna impossível a partir da coerção do Consenso (nada consensual, como se percebe). Os custos de produção de alimentos teriam sido pressionados para baixo, com grandes prejuízos para milhares de produtores, uma vez que, capturados pela financeirização da sua produção, tal como os Estados por suas dívidas, eles se viram obrigados a vender a qualquer preço, mesmo com prejuízo. A financeirização, apoiada, claro, pela violência dos Estados, teria permitido de forma artificial uma queda dos preços globais de alimentos em uma estratégia, neste sentido, distinta do capitalismo em sua história, justamente na medida em que não se tratou de aumentar a produtividade do trabalho com uma redução dos custos de produção (com expansão geográfica), mas de se apropriar da produção de alimentos a partir da imposição de preços baixos em detrimentos destes custos. Em suma, o neoliberalismo conseguiu, até certo ponto, manter os alimentos a custo baixo a partir de uma apropriação de outra ordem, que, desta vez, não envolveu uma expansão geográfica, nem uma revolução tecnológica na produção de alimentos, o que só se tornou possível através da financeirização como regime de espoliação.

Por um lado, a financeirização, por outro lado, o esforço de um controle tecnológico biopolítico da vida em sua composição molecular na biotecnologia. Ambas as estratégias, para Moore, não seriam suficientes para impedir a contradição epocal que o capitalismo, em sua ecologia mundo, produz continuamente. Os preços dos alimentos, após a sua redução inicial, continuariam a subir no início do século XXI e, por mais que atualmente estejam em queda, isso não parece indicar que a contradição entre capitalismo e biosfera está resolvida. A necessidade sistêmica de apropriação se mantém, escavando novas fronteiras em um planeta finito. Nesse sentido, Moore (2021) traz os custos crescentes com poluição (e sua exportação para a periferia mundial) e o efeito da intrusão das naturezas extra-humanas que aportam o incontrolável em face das tentativas ecopolíticas de controle molecular da vida, como o surgimento de pragas agrícolas resistentes aos agrotóxicos. A apropriação capitalista produz intrusões não previstas de agências mais que humanas no cálculo do capital, radicalizando o impasse do recuo das fronteiras.

Em outro sentido, a própria crise é financeirizada na construção de um mercado específico. Certa vez, em um voo doméstico em direção a um congresso, me foi oferecido pela companhia aérea o pagamento de uma taxa adicional para reduzir a minha pegada de carbono naquela viagem. Hoje, a Uber também nos oferece viagens mais caras que, supostamente, serão menos danosas ao meio ambiente. O cinismo deste tipo de coisa indica uma estratégia de *captura neoliberal* em resposta à própria crise sistêmica que o capitalismo produz. Se na era neoliberal, o esgotamento das fronteiras impõe um limite ao capital, como bem coloca Adrian Parr, “o capitalismo se apropria dos limites do capital os colocando a serviço do capital” (Parr, 2013 p. 25). Neste sentido, a percepção da impossibilidade material do capitalismo é respondida pelo neoliberalismo como um novo horizonte de acumulação: o livre mercado há de resolver todos nossos problemas.

Em primeiro lugar, para Parr (2013), temos o foco no indivíduo como aquele que, mediante a mudança de seus hábitos de consumo, conseguirá produzir alterações sistêmicas no capitalismo mundial em direção a um futuro mais verde. Cria-se todo um mercado ‘verde’ que inscreve a crise dentro de parâmetros de consumo individuais, desconsiderando as implicações sistêmicas. Ela nos traz o exemplo do veganismo que, sendo muitas vezes uma opção ética adequada, efetivamente não tem o poder disruptivo de interrupção da violência animal, uma vez que, precisamente, se restringe a uma opção de consumo individual. O mesmo vale para todas as tentativas de fazer um produto da redução da pegada de carbono individual. O resultado, como era de se esperar, é uma forma de denegação na qual a ansiedade climática é transformada em mercadoria, tendo

como consequência, como Parr muito bem identifica, “uma subjetividade despolitizada enquanto efeito da transformação da crítica ao capital em outro modo de acumulação capitalista” (Parr, 2013. p. 54). Este ponto também é evocado de forma semelhante por Fisher (2009), quando, em sua descrição do capitalismo realista, identifica a estratégia desimplicante que envolve a absorção – seja pela mídia e audiovisual, seja pelo consumo supostamente sustentável – das críticas ao capitalismo sob a forma da mercadoria. Em suma, responde-se à crise epocal do capitalismo com a transformação da própria crise em oportunidade de negócios. *Ecobags* no fim do mundo.

Não só a crise ecológica, sob a hegemonia neoliberal, leva à criação de um mercado de consumo consciente com inegável cinismo, como também instaura uma *privatização da atmosfera* no mercado dos créditos de carbono. Estabelecido nos Protocolos de Kyoto, como coloca Delay (2023), os ditos créditos privatizam o direito a poluir. Supostamente, uma empresa poderia compensar as suas emissões comprando créditos de outras empresas que capturariam carbono. Como Parr (2013) argumenta, há um sério problema dado imediatamente pela ausência de uma agência reguladora global capaz de efetivamente averiguar o quanto de carbono está sendo capturado e, igualmente, um problema substancial quando pensamos que a temporalidade da captura (por exemplo, o tempo de maturação de uma floresta) não é o mesmo da emissão. Esta capacidade de captura, no entanto, dado o crescimento do consumo de energia que é indissociável do desenvolvimento econômico, não seria capaz, como demonstra Delay (2023), de impedir o aquecimento planetário.

No caso, trata-se de desterritorializar a atmosfera em sua composição química na procura de um axioma capaz de conjugar os seus fluxos. A atmosfera como uma nova fronteira. Com a expropriação violenta do comum, com a biotecnologia e sua biopolítica, com o mercado de crédito de carbono e tentativa de privatizar a atmosfera, com o imperativo de consumo individual e a criação de um mercado verde despolitizante, o neoliberalismo pretende responder com mais neoliberalismo à crise epocal que a contradição entre capital e Terra enseja. Todos os elementos indicam esforços biopolíticos de desterritorialização axiomatizante diante do recuo das fronteiras: desterritorializado, o clima planetário se torna objeto de uma tentativa multifacetada de axiomatização sob a égide do mercado, que só redobra a própria desterritorialização da Terra. Como se não fosse grave o suficiente, ainda temos uma outra fronteira sendo escavada: o desejo.

O neoliberalismo se propõe crescentemente uma captura axiomática do desejo e, no neoliberalismo, esta captura se articula ao imperativo de se livrar o mais rápido possível dos fardos da solidariedade social, agora, através da criação

de um novo regime de subjetivação que também passa pela desterritorialização de esferas antes não subscritas à axiomática. O tema da subjetivação neoliberal, trabalhado por vários autores, nos permite desenvolver, na esteira de Latour, uma hipótese complementar a dele: diante do fim do mundo comum, temos uma radicalização de apropriação do desejo no modo de produção capitalista, em um escavamento de uma nova fronteira de forma coextensiva ao abandono dos “fardos de solidariedade social”. Com Deleuze e Guattari, vimos como se trata no capitalismo de um agenciamento próprio do desejo articulado à sua desterritorialização e reterritorialização axiomática. O desejo, assim compreendido, não se inscreve de forma absoluta em nenhuma formação histórico-social; ele sempre está em excesso em relação a elas na produção continuada de linhas de fuga. O capitalismo segue estas linhas até certo ponto, compensando sua desterritorialização na axiomatização. Defendo, em termos especulativos, que, como resposta parcial ao esgotamento da Grande Fronteira, o capitalismo se volta crescentemente ao próprio desejo, axiomatizando elementos antes não axiomatizados em uma rodada de *acumulação primitiva dada sobre o nosso gozo e os nossos afetos*. A fronteira subcutânea.

O tema da incidência crescente, no neoliberalismo, do poder sobre o desejo está presente em diversos autores e nos focaremos sobretudo, em Paul Preciado (2013) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Para Dardot e Laval, o neoliberalismo, enquanto regime de produção de subjetividade, implica um grau maior de captura do desejo pelo mundo do trabalho. Eles a contrastam a uma subjetivação fordista que se caracterizava por uma vida cindida em esferas relativamente separadas; a esfera do trabalho, na qual se exerce um trabalho segmentado temporalmente; a esfera da cidadania, restrita, em geral, ao circuito eleitoral; uma esfera familiar, regida por princípios próprios. No neoliberalismo, estas esferas são homogeneizadas a partir da figura do *empresário de si*, figura esta entrelaçada a uma concepção antropológica normativa de orientação naturalizante: a competição como fundamento do humano. Esta antropologia é produzida concretamente, em uma esquemática foucaultiana, através da intervenção de saberes e práticas materiais direcionadas à produção de um sujeito (neosujeito, nos termos deles) que se verá como empresário e, assim, tal como uma empresa, unicamente orientado à competição no mercado e à maximização de si mesmo como capital.

O empresário de si, orientado à competição, produz o colapso das esferas segmentadas. Os discursos e práticas empresariais, que o sujeito é instado a interiorizar e reproduzir continuamente, se aplicam a todas as esferas existenciais, de forma que a competição se torna uma norma, como bem coloca Chauí (2025), *totalitária*, tendo uma pretensão global de homogeneização que

excede o campo do trabalho, colonizando todas as esferas da vida. O tema da economização das formas de vida, identificado por Foucault (2008b) já nos anos 70, diz respeito a esta amplificação da dinâmica econômica, orientada à competição no mercado, a campos antes relativamente independentes. O indivíduo, produzido como uma empresa, deve ver cada esfera da sua vida como uma oportunidade de maximização do seu capital humano. O sujeito neoliberal é alguém que trabalha para uma empresa como uma empresa e, neste aspecto, é instado a ver as vitórias e ganhos da empresa como as de si próprio, naquilo que Frédéric Lordon (2014) chama de *colinearização*, ou, em bom português, “vestir a camisa da empresa”. Para Lordon, em uma abordagem spinozista que não deixa de ressoar com a filosofia política de Deleuze e Guattari, as empresas operam pelo alistamento da potência (*conatus*) individual que, no entanto, sempre se desviaria dos seus objetivos em maior ou menor grau. O neoliberalismo, com suas práticas de gestão e iterações discursivas, apresenta “uma obsessão com alinhamento que é simplesmente o desejo de transformar os poderes alistados em uma extensão fiel do seu próprio poder” (Lordon, 2014, p. 23). O desejo deve ser crescentemente e com máxima eficácia apropriado pela empresa, com um desvio cada vez menor.

Neste aspecto, o neoliberalismo procura capitalizar ou economicizar, no mesmo movimento que constrói a homogeneização através da figura do empresário de si mesmo, a interioridade psíquica do indivíduo. Dardot e Laval afirmam que a “subjetividade, feita de emoções e desejos, paixões e sentimentos, crenças e atitudes, foi vista como a chave do bom desempenho das empresas” (Dardot, Laval, 2013, p. 350). Resiliência, motivação, capacidade de liderança, pró-atividade, todas estas propriedades subjetivas – feitas legíveis sob a rubrica das competências atitudinais – entram dentro do circuito de acumulação do capital. Isso em um duplo sentido: no sentido da produção de colinearização de Lordon, na medida que se tornam fatores de eficácia laboral; e também em outro sentido, conforme Dardot e Laval nos falam de uma *ascese*, na qual o indivíduo é convocado a um trabalho sobre si mesmo de forma a se tornar um competidor mais eficiente, o que produz uma economização da sua própria subjetividade, na medida em que ela se torna quantificável e legível por uma série de intervenções técnicas (como o *coach*, a programação neurolinguística e a autoajuda). E, ainda em outro sentido, como veremos com Preciado, o desejo sexual e a construção corporal se capitalizam na biopolítica contemporânea, através da manipulação farmacológica de si e da mercantilização do gozo sexual.

Este sujeito, o empresário de si, é produzido no que Dardot e Laval denominam “dispositivo de desempenho/gozo”, que produz uma subjetivação pelo excesso. A injunção de maximização dos lucros a todo custo nas empresas,

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

na sua interiorização no indivíduo enquanto “empreendedor de si” e “capital humano”, se desdobra no imperativo de maximização da sua performance em todas as esferas, inclusive o prazer (Dardot, Laval, 2013, p. 290). Laval e Dardot argumentam, por sua vez, que o antigo ciclo de consumo/poupança, orientado à estabilidade, é deslocado por um empuxo ao desequilíbrio e maximização ilimitada (Dardot, Laval, 2013, p. 290): uma subjetivação maximizante. Neste sentido, temos a maximização de tudo como disciplina que demanda a autogestão das próprias capacidades corporais e intelectuais de forma direcionada a um trespassar contínuo de limites, seja no sucesso profissional e capacidade individual de produção, seja no prazer pessoal: mais produtividade na empresa, levantar mais peso na academia, mais sexo, mais lucro, mais consumo etc. A injunção ao ilimitado, então, produz uma contradição entre o autocontrole e a desmedida hedonista, na qual o máximo de disciplina na performance deve vir acompanhado de um máximo de dispêndio com prazeres e consumo.

No neoliberalismo, somos convocados a tomar o trabalho como lazer e o lazer como se fosse trabalho. O trabalho, na medida em que a subjetividade é convocada inteiramente a participar da aventura empresarial, na colinearização como injunção normativa, deve ser a plena realização do sujeito que verá os ganhos da empresa como os de si mesmo. O lazer, na medida em que o sujeito é convocado a trabalhar sobre si em direção a sua maximização, deve seguir esse mesmo imperativo sob a forma de um trabalho constante de ampliação da sua performance de gozo, seja no sexo, seja no consumo. E se o trabalho deve ser tal como o lazer, o lazer, tal como o trabalho, deve servir igualmente à acumulação de capital. O efeito deste dispositivo de performance/gozo, em última instância, se estrutura em direção a uma captura radical do desejo e de todas as esferas subjetivas pelo capital:

Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot, Laval, 2013, p.322)

Podemos aproximar as considerações anteriores com o que Paul Preciado denomina de *era farmacopornográfica*. Identificada ao neoliberalismo, ela constitui uma captura biopolítica crescente dos processos biológicos e de gozo no ciclo de acumulação de capital associada a um modo próprio de subjetivação. O poder,

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

agora, intervém na construção molecular do corpo através de uma série de drogas, dos hormônios aos antidepressivos. A subjetivação contemporânea, não mais passa apenas pela intervenção discursiva e disciplinar, mas pela manipulação molecular do corpo e da mente. O corpo se constrói a partir da manipulação hormonal e outras tecnologias, tanto quanto a mente se forma através da manipulação farmacológica com o uso crescente de medicamentos. Se trata de uma era farmacológica precisamente neste sentido: a captura produtiva subcutânea da vida pela biopolítica a serviço do capital. Preciado define a farmacopornografia da seguinte maneira:

Tenhamos a coragem de aventar a seguinte hipótese: o material bruto dos processos de produção atuais são a excitação, ereção, ejaculação, o prazer e sentimentos de autossatisfação, controle onipotente e total destruição. O que está em jogo no capitalismo contemporâneo é o controle farmacopornográfico da subjetividade, cujos produtos são serotonina, sangue-técnico e produtos sanguíneos, testosterona [...]. (Preciado, 2013, p. 39)

Estes “materiais brutos”, que são objeto dos processos produtivos, podem ser lidos na esteira da captura dos afetos analisados por Dardot e Laval, como vimos; com Preciado, podemos ver como esta captura do desejo se radicaliza em direção ao sexo. Segundo ele, estamos em uma era pornográfica na medida em que esse controle biopolítico se volta para o desejo que, nos seus termos, figura como *potentia gaudendi*: o potencial de excitar e ser excitado de um corpo. O prazer se torna objeto de legibilidade e economização através de uma série de intervenções discursivas e tecnológicas. Em *Pornotopia* (2019), Preciado se volta para o caso de Hugh Hefner, o criador da Playboy e da Mansão de mesmo nome, que, em sua análise, teria inaugurado a farmacopornografia. Hefner geria seus negócios da sua cama, uma cama rotativa hiperconectada na mansão Playboy, que era ela mesma um negócio global, onde diversos clubes espalhados pelo mundo vendiam a experiência de estar em algo próximo da mansão. Cercado de belas mulheres, o cérebro estimulado por substâncias enquanto capitalizava seu hedonismo como negócio, Hefner teria inaugurado esse novo horizonte de subjetivação, no qual o gozo, o prazer e o desejo se tornam objeto de excitação constante e captura pelo capital.

Hormônios, tadalafila, Onlyfans e Privacy – a construção da subjetividade e da materialidade do corpo como horizonte de intervenção biopolítica. Se Foucault (1988) já criticava a hipótese repressiva da sexualidade, afirmando que na verdade ela é construída e produzida antes do que simplesmente barrada, a contemporaneidade apresenta uma nova forma de produção da sexualidade e do corpo a partir da hiperexcitação e captura. O desejo sexual se torna capitalizável conforme, nas redes sociais (não necessariamente apenas o OnlyFans), o

potencial de causar excitação e de ser excitado é lido algorítmicamente e transformado em lucro. Neste sentido, de forma próxima a Dardot e Laval, Preciado afirma que o trabalhador sexual é o paradigma do trabalho contemporâneo, na medida em que o seu desejo, o seu *conatus*, sua capacidade de excitação, é instado a participar do circuito de acumulação. A análise do neosujeito e da era farmacopornográfica convergem, deste modo, na análise da captura do desejo pelo capital.

5. Conclusão

O capitalismo, como vimos com Deleuze e Guattari, é desejo. Desejo agenciado em uma máquina que opera pela desterritorialização e reterritorialização, em um perpétuo revolucionar de si mesma. Na desterritorialização que lhe é intrínseca, o capitalismo requer constantemente o escavamento de novas fronteiras, novos códigos a serem quebrados e axiomatizados. Na análise que propomos a partir de Moore, a desterritorialização responde à necessidade de apropriação de naturezas baratas, como forma de manter a produtividade do trabalho e sua exploração no ciclo da mercadoria. Desterritorialização que envolve colonialismo e imperialismo e a violenta submissão e destruição de existências mais que humanas e humanas, não como um efeito colateral adverso, mas como sua natureza mesma. Neste sentido, a desterritorialização precisa ser repelida e reterritorializada, impedindo o advento da esquizofrenia como seu limite, em um movimento, de direito, infinito. O que vivemos hoje, sob a rubrica da crise climática, é o esgotamento das fronteiras e a desterritorialização da própria Terra. O planeta, em sua quase totalidade, se encontra submetido ao império do capital, ao mesmo tempo que os efeitos da sua contradição com a vida provocam catástrofes crescentes. A Terra se desterritorializa em seus parâmetros biogeofísicos e atmosféricos, em uma crise epocal que faz com que o capitalismo se encontre diante de um limite não repelível e não reterritorializável: o próprio planeta.

Latour, como vimos, identifica no neoliberalismo um gesto das elites de recusa do mundo, de radicalização da exploração da Terra e do trabalho diante da percepção de que *não há mundo para todos*. Analisamos esta hipótese e demonstramos como, de fato, o neoliberalismo responde ao esgotamento das fronteiras com a financeirização e a desterritorialização da Terra, com a tentativa de axiomatização através da criação de um mercado verde. Em ambos os casos, trata-se de tentar repelir a esquizofrenia como limite, a desterritorialização absoluta.

O recuo da Grande Fronteira, o esgotamento de fontes de natureza barata, não obstante, é respondido pela procura do escavamento de uma nova fronteira:

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

a fronteira subcutânea. Aqui, esforços sistemáticos, técnicos e discursivos, de desterritorialização do desejo e da existência psíquica e afetiva, atuam na procura de uma axiomatização reterritorializante como mercadoria. Na análise da subjetivação neoliberal que vimos com Preciado, Lordon e Dardot e Laval, trata-se de capturar e axiomatizar a interioridade psíquica e molecular em uma desterritorialização axiomatizante renovada do desejo. Vimos, com Latour, que, no neoliberalismo, trata-se de se livrar o mais rapidamente possível dos fardos da solidariedade social em uma fuga do mundo – o que o neoliberalismo produz, mais radicalmente ainda do que pensa Latour, é a erosão radical do comum na figura do empresário de si e na elevação da competição como princípio normativo geral. Não se trata apenas de um esforço das elites, mas de um modo de subjetivação que apaga a solidariedade social no nível macro e micropolítico. Na captura do desejo pela competição, numa acumulação primitiva que vai da manipulação farmacológica do corpo ao imperativo de maximização em todas as esferas da vida, temos o esfacelamento do mundo comum em um momento em que, diante da ameaça à habitabilidade do planeta, o apelo a este comum deveria ser o mais poderoso possível.

Bibliografia

- Arendt, H. (2013). *As origens do totalitarismo* (R. Raposo, Trad.). Companhia das Letras.
- Arais, A. (2025, junho 15). Marilena Chaui: “O neoliberalismo é totalitário”. *Quatro Cinco Um – A Revista dos Livros*. <https://quatrocinco.com.br/noticias/a-feira-do-livro/a-feira-do-livro-2025/marilena-chaui-o-neoliberalismo-e-totalitario/>
- Danowski, D., & Viveiros de Castro, E. (2014). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental.
- Da Veiga, Á. (2020). *O excesso do real: Deleuze e virada especulativa* (Tese de Doutorado). Departamento de Filosofia, PUC-Rio.
- Da Veiga, Á., & Costa, A. (2021). O acontecimento da Terra. *O que nos faz pensar*, 29(48).
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). Boitempo.
- Delay, T. (2024). *Future of denial: The ideologies of climate change*. Verso.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo* (L. Orlandi, Trad.). Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011a). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2* (Vol. 1; A. L. de Oliveira, A. Guerra & C. P. Costa, Trads.). Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012a). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2* (Vol. 3; A. G. Neto, A. L. de Oliveira, L. C. Leão & S. Rolnik, Trads.). Editora 34.

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012b). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2* (Vol. 5; P. P. Pelbart & J. Caiafa, Trads.). Editora 34.
- Fraser, N. (2022). *Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the planet—and what we can do about it*. Verso.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu Editora.
- Ferreira da Silva, D. (2022). *Homo modernus: Para uma teoria global da raça* (J. Oliveira & P. Daher, Trads.). Cobogó.
- Fisher, M. (2009). *Capitalist realism: Is there no alternative?* O Books.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramallete, Trad.). Vozes.
- Foucault, M. (2008) *O nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978–1979)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (M. T. Albuquerque & J. A. Albuquerque, Trads.). Graal.
- Freud, S. (2011). *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923–1925)* (P. C. de Souza, Trad.; Vol. 16). Companhia das Letras.
- Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Latour, B. (2022). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. (Vieira, M. Trad.) Bazar do Tempo.
- Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Ubu.
- Lordon, F. (2014). *Willing slaves of capital: Spinoza and Marx on desire* (G. Ash, Trad.). Verso.
- Lewis, S. L., & Maslin, M. A. (2018). *The human planet: How we created the Anthropocene*. Penguin Books.
- Margulis, L. (2001). *Planeta simbiótico: Uma nova visão da evolução* (C. W. Goldberg, Trad.). Rocco.
- Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política* (R. Enderle, Trad.). Boitempo.
- McBrien, J. (2016). Accumulating extinction: Planetary catastrophism in the Necrocene. In J. Moore (Ed.), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Kairós.
- Meillassoux, Q. (2006). *Après la finitude: Essai sur la nécessité de la contingence*. Éditions du Seuil.

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

- Moore, J. W. (2010). Cheap food & bad money: Food, frontiers, and financialization in the rise and demise of neoliberalism. *World-Ecology Review*, 33(2–3), 225–261.
- Moore, J. W. (2015). *Capitalism in the web of life: Ecology and the accumulation of capital*. Verso.
- Moore, J. W. (2021). *Wasting the world: Class, capital & cheap toxification in the capitalist world-ecology* (Working Paper No. 1). World-Ecology Research Network. https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2021/09/Moore_Wasting-the-World_2021.pdf
- Moore, J. W., & Patel, R. (2017). *A history of the world in seven cheap things: A guide to capitalism, nature, and the future of the planet*. University of California Press.
- Moufawad-Paul, J. (2011). *Deterritorialization and imperialism*. <https://pt.scribd.com/document/235763902/Deterritorialization-and-Imperialism-J-Moufawad-Paul>
- Parenti, C. (2016). Environment-making in the Capitalocene: Political ecology of the state. In J. Moore (Ed.), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Kairós.
- Preciado, P. B. (2013). *Testo junkie: Sex, drugs, and biopolitics in the pharmacopornographic era*. The Feminist Press.
- Preciado, P. B. (2019). *Pornotopia: An essay in Playboy's architecture and biopolitics*. Zero Books.
- Simondon, G. (2013). *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Éditions Jérôme Millon.
- Spinoza, B. (2009). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Autêntica.

ÁDAMO BOUÇAS ESCOSSIA DA VEIGA

Professor e pesquisador. Cursou mestrado e doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou pós-doutorado na PUC-Rio e na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, atua como pesquisador de pós-doutorado, com bolsa CNPQ, nesta mesma instituição e como professor adjunto no curso de Relações Internacionais do IBMEC. É o idealizador e coordenador do Instituto Estudos do Presente (IEP). Sua pesquisa atual se volta para as

Capitaloceno e esquizofrenia

Ádamo Bouças Escossia da Veiga

mútuas implicações entre o advento do Antropoceno, os estudos queers e a educação.